

**A RADICALIZAÇÃO SALAFISTA-JIHADISTA NA EUROPA:  
O CASO DOS IMIGRANTES DE SEGUNDA E TERCEIRA  
GERAÇÃO CONECTADOS COM O ISLÃO**

Filipa Marina Soares<sup>1</sup>

Investigadora colaboradora do ICPOL - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**RESUMO**

Num momento em que a Europa se confronta com o retorno de milhares de combatentes estrangeiros europeus que anteriormente viajaram para a Síria e para o Iraque, juntando-se aí ao autoproclamado Estado Islâmico, e em que cada vez mais se repetem os atentados terroristas de matriz islamista no velho continente, perpetrados por células de terrorismo endógeno ou por indivíduos que atuam de forma independente, importa refletir sobre o processo que está na base destes fenómenos: a radicalização. De facto, ao contrário do que aconteceu em décadas anteriores, em que a maioria dos islamistas radicais a operar na Europa eram imigrantes de países muçulmanos, hoje constata-se que um número cada vez maior diz respeito a jovens europeus muçulmanos que, embora tenham conexões ao Islão (sendo filhos ou netos de imigrantes provenientes de países muçulmanos), nasceram e cresceram no ocidente. Assim, questionamo-nos acerca dos fatores e dinâmicas que levam estes indivíduos a adotarem visões radicais do Islão e, no limite, a cometerem um atentado contra o seu próprio país. Este recuo até ao processo de radicalização, e a compreensão das dinâmicas responsáveis pela transformação de indivíduos fora de qualquer suspeita em radicais e potenciais terroristas, configura-se como algo vital e indispensável para o desenvolvimento de estratégias eficazes de contraterrorismo.

**Palavras-chave:** Radicalização; Terrorismo endógeno; Terrorismo islamista; Imigrantes Muçulmanos; Segunda e terceira geração; Europa.

**ABSTRACT**

At a time when Europe is confronted with the return of thousands of European *foreign fighters* who have previously traveled to Syria and Iraq, joining the self-proclaimed Islamic State there, and when the terrorist attacks

---

<sup>1</sup> Contacto: Email – [marina.ssoares@live.com.pt](mailto:marina.ssoares@live.com.pt)

of islamist matrix are increasingly repeated in the old continent, perpetrated by cells of endogenous terrorism or by individuals acting independently, it is important to reflect on the process that underlies these phenomena: the radicalization. Indeed, contrary to what happened in previous decades, when the majority of radical Islamists operating in Europe were immigrants from Muslim countries, today it is found that a growing number relates to young European Muslims who, although having connections to Islam (being sons or grandsons of immigrants from Muslim countries), were born and raised in the West. Thus, we question the factors and dynamics that lead these individuals to adopt radical views of Islam and, in the limit, to commit an attack against their own country. This retreat to the radicalization process, and the understanding of the dynamics responsible for the *transformation of individuals* beyond suspicion into radicals and potential terrorists, is vital and indispensable for the development of effective counterterrorism strategies.

**Keywords:** Radicalization; Homegrown terrorism; Islamist terrorism; Muslim immigrants; Second and third generation; Europe.

## 1. INTRODUÇÃO

Os ataques terroristas que, desde o início deste século se têm reproduzido um pouco por toda a Europa, levados a cabo por cidadãos nativos ou aí residentes, e conduzidos a partir do país visado, têm contribuído para uma crescente consciencialização de que a ameaça do terrorismo de matriz islamista já não assume um carácter meramente externo, assistindo-se à preocupante emergência do terrorismo de natureza endógena – produto da radicalização e recrutamento de indivíduos que vivem no interior das suas fronteiras.

De facto, apesar de o recrutamento para a *jihad* não ser propriamente um fenómeno novo na Europa, tendo já havido casos de cidadãos europeus recrutados para a guerra no Afeganistão e na Bósnia, só a partir de 2004, com os atentados em Madrid, e, posteriormente, com os atentados de Londres de 2005 (bem como com o assassinato de Theo van Gogh em Novembro de 2004, na Holanda), se tornou evidente a mudança significativa na estrutura e composição das redes terroristas Islamistas que operam no interior deste continente (Korteweg et al., 2010; Silber e Bhatt, 2007; Vidino, 2007). Destarte, como explica Vidino (2007: 579),

*Embora as “tradicionalis” células terroristas caracterizadas por uma estrutura organizacional complexa e por fortes ligações ao “grupo mãe” no Médio Oriente ou no Norte de África continuem presentes e muito ativas no Continente, as autoridades Europeias estão cada vez mais preocupadas com a emergência do terrorismo Islamista endógeno.*

Estas novas redes de terrorismo islamista endógeno são constituídas, maioritariamente, por muçulmanos nascidos na Europa – filhos e netos de muçulmanos que imigraram para a Europa ao longo dos últimos 50 anos – e por um pequeno mas crescente número de europeus convertidos ao Islão. Geralmente, apenas possuem vínculos marginais a grupos terroristas mais estruturados – como a al-Qaeda e o autoproclamado Estado Islâmico (EI) –, considerando-os meramente como uma fonte de inspiração. Tendem também a ter uma origem espontânea, resultando muitas vezes da junção de um pequeno grupo de amigos de infância que aderiram ao Islão radical através de uma figura mais velha e carismática (Vidino, 2007). Embora não seja provável que estes grupos, dada a sua estrutura relativamente simples, levem a cabo grandes operações como o 11 de setembro, estes são extremamente perigosos. Isto porque são constituídos por indivíduos que conhecem as culturas e línguas dos países ocidentais, têm passaportes europeus, e a relativa falta de ligações a grandes organizações terroristas tornam a sua deteção uma tarefa difícil para as autoridades (Vidino, 2007). Assim, cada vez mais é consensual a ideia de que para fazer frente à ameaça terrorista – especialmente aquela com que nos deparamos atualmente, cujos atores são cidadãos que vivem no interior de países europeus – é necessário ir à raiz do problema e compreender como se inicia o processo de radicalização que, no limite, leva indivíduos ocidentais a envolverem-se em atividades relacionadas com o terrorismo. Só assim será possível pensar numa estratégia eficaz de prevenção, atuando sobre as causas. Tendo em conta este contexto, ambicionamos aqui refletir sobre o fenómeno da radicalização de indivíduos que, tendo antecedentes genealógicos islâmicos, mas estando inseridos na sociedade ocidental, acabam por aderir a ideologias radicais – nomeadamente, a ideologia salafista-jihadista – e, no limite, cometer atos de índole terrorista. Para isso, debruçar-nos-emos sobre o estudo das dinâmicas que estão na base deste fenómeno, assim como na análise das potenciais repercussões que daqui advém, em termos securitários, começando por um breve enquadramento conceptual do tema.

## **2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

### **2.1. O TERRORISMO DE MATRIZ ISLAMISTA: A IDEOLOGIA SALAFISTA-JIHADISTA**

O termo *terrorismo* tem sido bastante contestado e politizado, existindo mais de uma centena de definições<sup>2</sup>, quer académicas, quer governamentais.

---

<sup>2</sup> No seu estudo *Political Terrorism*, Alex Schmidt e Albert Jongman identificaram 109 definições de terrorismo (Schmidt e Jongman, apud Korteweg et al., 2010).

Perante esta dificuldade de encontrar uma definição universalmente aceite, e abstraindo-nos de toda uma diversidade de conceitos existentes, usaremos como referência a definição de Matos (2011: 3):

*O terrorismo pode ser entendido como uma técnica de ação usada contra alvos humanos, seletivos ou indiscriminados, através de meios especialmente violentos, ou a efetiva ameaça do seu uso, ou especificamente contra alvos não humanos, como infraestruturas físicas, críticas ou simbólicas, instilando um clima de terror e de insegurança que afecta não só os alvos primários, as suas vítimas diretas, como também os seus alvos potenciais, coagindo indiretamente, desse modo, a ação de governos ou organizações e influenciando a opinião pública a favor da prossecução dos seus objetivos políticos, ideológicos, criminais ou religiosos.*

Várias são as ideologias que, em diferentes partes do mundo e em diferentes momentos ao longo da história, têm servido de inspiração e legitimação para atos terroristas. Também atualmente o terrorismo continua ligado a diferentes ideologias (Dalgaard-Nielsen, 2010), pelo que consideramos importante demarcarmo-nos, desde já, do estudo de outros movimentos terroristas europeus que se afastem do terrorismo de matriz islamista e de inspiração Salafista-Jihadista.

O terrorismo de matriz islamista, que constitui o novo movimento *jihadista* global (Wiktorowicz, 2005: 75), é um fenómeno relativamente recente na Europa e, por isso, existe ainda uma certa dificuldade na sua compreensão. Não obstante, de acordo com os serviços de inteligência de vários países europeus, este representa atualmente a maior ameaça terrorista na Europa (Dalgaard-Nielsen, 2010).

A ideologia Salafista-Jihadista é uma corrente de um movimento mais amplo – o Salafismo – cujo objetivo genérico é criar uma sociedade pura, que aplique uma interpretação literal do Corão e adira às práticas sociais que prevaleceram até ao século VII. A implementação da sharia (lei islâmica) e o restabelecimento de califado global são os seus principais objetivos políticos (Silber e Bhatt, 2007). No entanto, o movimento salafista manifesta-se de formas muito diferentes, tendo-se desenvolvido em várias direções e tendo como principal questão de desentendimento o uso ou não da violência (Amghar, 2007; Roex, 2014; Wiktorowicz, 2005), sendo que a facção *jihadista* acredita que esta pode ser usada para estabelecer estados islâmicos e para confrontar os Estados Unidos da América e os seus aliados.

De facto, para muitos muçulmanos que vivem em países ocidentais, especialmente a segunda e terceira geração de imigrantes que procuram

saber mais acerca da sua herança muçulmana, a interpretação Salafista é a versão do Islão a que estão mais expostos. Esta proliferação no interior das diásporas muçulmanas deve-se, em parte, ao facto de se tratar de uma filosofia poderosa e relativamente simples, facilmente acolhida por jovens que muitas vezes são politicamente ingénuos (Silber e Bhatt, 2007).

## 2.2. O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO

Ao passo que em tempos remotos o indicador inicial de uma ameaça terrorista se situava no momento em que um grupo ou um indivíduo terrorista planeava um ataque, atualmente este foco foi redirecionado para um momento anterior. Este momento consiste no ponto em que um indivíduo ou grupo iniciam e progridem ao longo de um processo de radicalização, cujo culminar é, muitas vezes, a execução de um ataque terrorista (Silber e Bhatt, 2007). Este recuo até ao processo de radicalização, e a compreensão das dinâmicas responsáveis pela *transformação* de indivíduos fora de qualquer suspeita em radicais e, mais grave, em terroristas, configura-se como algo vital e indispensável para o desenvolvimento de estratégias eficazes de contraterrorismo (Silber e Bhatt, 2007). Isto porque, como referem Gartenstein-Ross e Grossman (2009: 7), *os terroristas não caem do céu. Eles emergem de um conjunto de fortes convicções. São radicalizados. Depois tornam-se terroristas. Ou seja, ninguém nasce terrorista*, pelo que perceber as dinâmicas conducentes a uma radicalização e potencial envolvimento em atividades terroristas – especialmente quando falamos de cidadãos ocidentais – constitui um desafio para profissionais da segurança, académicos e responsáveis políticos, quando o seu objetivo primordial consiste na prevenção de ataques terroristas. Não obstante, o primeiro obstáculo a esta compreensão apresenta-se, desde logo, ao nível conceptual. Na verdade, à semelhança do que acontece em relação ao termo terrorismo (embora aqui não estejamos perante uma diversidade tão marcante de definições), também não encontramos na literatura um conceito universalmente aceite de radicalização.

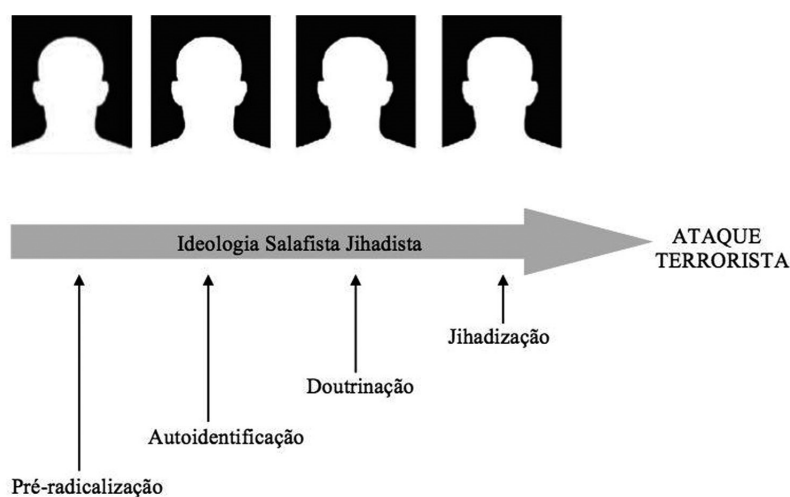
Alguns autores fazem a distinção entre radicalização cognitiva e radicalização violenta. Outros, por sua vez, não aderem a esta diferenciação, falando num conceito geral e mais abrangente de radicalização, como é o caso de Charles E. Allen, que *remete para o processo de adoção de um sistema de crenças extremista, que inclui a disposição para usar, apoiar, ou facilitar a violência, como um método para efetuar a mudança social* (Vidino e Brandon, 2012: 9). Aqui, como podemos constatar, o termo radicalização engloba tanto a vertente ideológica, como o emprego de violência para

perseguição dos objetivos. Por a considerarmos como a definição mais completa e que melhor serve os propósitos deste trabalho, é para ela que remeteremos sempre que falarmos em radicalização.

Analisando a radicalização como um processo, podemos decompô-la em quatro fases distintas: pré-radicalização, autoidentificação, doutrinação e jihadização (Figura 1).

A fase da pré-radicalização corresponde ao ponto de origem dos indivíduos antes de iniciarem o processo de radicalização. Por outras palavras, diz respeito à sua situação anterior à exposição e adoção da ideologia salafista-jihadista, sendo que, na maioria das vezes, se tratam de indivíduos aparentemente normais, sem história criminal. A segunda fase – autoidentificação – é o momento em que o indivíduo, influenciado por fatores internos ou externos, começa a explorar o Islão radical, afastando-se gradualmente da sua antiga identidade e redefinindo-se em torno de uma nova que se pauta pelos valores, filosofia e ideologia radicais. Na terceira fase do processo de radicalização – doutrinação – o indivíduo intensifica, progressivamente, as suas crenças, adotando completamente a ideologia islamista radical e concluindo que a sua ação, na forma de militância *jihadista*, é a única forma de apoiar e promover a causa. A fase final do processo de radicalização é a jihadização, durante a qual o indivíduo inicia a sua participação na jihad, auto-designando-se como mujahedeen ou guerreiro sagrado e, em última instância, fazendo parte do planeamento operacional de ataques terroristas (Silber e Bhatt, 2007).

**Figura 1** – O processo de radicalização



**Fonte:** Silber e Bhatt (2007: 21), tradução nossa.

Apesar de se tratar de um modelo sequencial, nem sempre assistimos a uma progressão linear perfeita (Silber e Bhatt, 2007). Além disso, o facto de um indivíduo iniciar este processo, não significa que o completará na íntegra, pelo contrário, muitos interrompem-no e abandonam-no em diferentes estágios, podendo voltar a entrar (FBI Counterterrorism Division, 2006; García-Calvo e Reinares, 2013; Silber e Bhatt, 2007; Wojtowicz, 2012). No entanto, é consensual que a probabilidade de existir um envolvimento em atividades relacionadas com o terrorismo aumenta quando o processo é concluído na íntegra, o que só se verifica num pequeno número de indivíduos (Wojtowicz, 2012).

Para além disso, devemos estar conscientes de que embora a maioria dos indivíduos que iniciam o processo de radicalização não o conclua e não se torne terrorista, isso não significa que estes deixem de representar uma ameaça para a segurança interna de um país. Na verdade, indivíduos que foram radicalizados mas não se tornaram *jihadistas* podem, posteriormente, assumir o papel de mentores e agentes de influência para os terroristas de amanhã (Silber e Bhatt, 2007).

Deste modo, identificar os indivíduos que se encontram em risco de iniciar o processo, ou reverter o caminho daqueles que já o iniciaram torna-se uma tarefa crucial quando falamos do combate ao terrorismo. Tarefa esta que é dificultada pela própria natureza subtil e não criminal dos comportamentos envolvidos no processo de radicalização que, vistos de forma isolada, parecem inócuos mas, quando vistos num continuum do processo de radicalização, assumem uma importância significativa (Silber e Bhatt, 2007).

### **3. FATORES DE RISCO E ESPAÇOS MAIS PROPÍCIOS À RADICALIZAÇÃO**

*Porque é que pessoas que vivem numa democracia Europeia se tornam radicalizadas ao ponto de estarem dispostas a usar ou a apoiar diretamente o uso da violência terrorista contra os seus concidadãos?* (Dalgaard-Nielsen, 2010: 799).

Esta é uma questão que muito se tem colocado nos últimos anos. No entanto, apesar de se ter tornado num tema mediático e de grande interesse por parte das autoridades estatais, o conhecimento empírico carece ainda de conclusões fortemente cimentadas (Dalgaard-Nielsen, 2010) acerca dos fatores que conduzem à radicalização de imigrantes de segunda e terceira geração com conexões ao Islão, na Europa.

Não obstante, é consensual a noção de que não existe uma explicação única para a radicalização, assim como não é possível encontrar apenas um perfil de indivíduos que se tornam radicais (Dalgaard-Nielsen, 2010; Wojtowicz, 2012). Posto isto, podemos apenas falar de fatores e influências cuja



relevância motivacional para a radicalização pode variar de caso para caso (Nesser, 2010), salientando-se aqui os problemas de integração e alienação, a procura de identidade e a percepção de injustiças contra muçulmanos em territórios de conflito.

De facto, de acordo com estudos recentes, não existe uma integração efetiva da comunidade muçulmana na Europa (assim como de outras comunidades de imigrantes), o que resulta numa grande quantidade de europeus muçulmanos a viver em sociedades paralelas, enclaves étnicos ou guetos (Anspaha, 2008), condição que é aproveitada por grupos islamistas radicais que apresentam o *jihadismo* como uma forma de luta contra aqueles – o país de residência, em particular, e o ocidente, em geral – que os reprimem, que odeiam e que, na sua perspetiva, estão contra os muçulmanos, uma vez que os conduzem à miséria e apoiam forças anti-islâmicas, no plano internacional (Khosrokhavar, 2009). No entanto, não podemos assumir a falta de integração e alienação, nem tampouco a pobreza, como premissas universais para a radicalização, dada a existência de muitos casos de indivíduos radicais que não enfrentaram tais privações sociais ou económicas, sendo aparentemente bem integrados e possuindo um nível de educação superior (Reinares, 2012; Wojtowics, 2012). Estes dados revelam-se perturbadores, do ponto de vista social, e ao mesmo tempo interessantes, do ponto de vista da investigação, uma vez que contrariam as clássicas explicações sociológicas do terrorismo, que apontam como fatores-chave para a radicalização violenta a repressão política, a marginalização socioeconómica, e longos períodos de doutrinação em campos isolados ou subculturas violentas (Feracuti e Wolfgang, 1963, *apud* Dalgaard-Nielsen, 2010). Isto leva-nos a procurar outros fatores que possam motivar o processo de radicalização.

Uma das explicações mais apontadas para a radicalização na Europa é que as segundas e terceiras gerações de imigrantes muçulmanos experienciam um forte conflito de identidade que as tornam susceptíveis à ideologia islamista (Dalgaard-Nielsen, 2010; Neumann, 2008; Silber e Bhatt, 2007).

Na realidade, muitos dos jovens imigrantes de segunda e terceira geração sentem-se confusos em relação aos dois mundos que os rodeiam, sentindo que não pertencem nem ao país de origem dos seus pais ou avós, nem ao país europeu onde nasceram e residem. Por outras palavras, estes jovens sentem-se num limbo entre a cultura conservadora e devota que lhes é transmitida por via familiar, mas que não experienciaram pessoalmente, e a cultura ocidental, secular e *grosseiramente sexualizada*<sup>3</sup> (Vidino, 2006: 34), na qual se sentem rejeitados, discriminados ou privados economicamente (Anspaha, 2008;

---

<sup>3</sup> No original, *crassly sexualized* (Vidino, 2006: 34).



Dalgaard-Nielsen, 2010; Khosrokhavar, 2009; Vidino, 2006). Como salienta Vidino (2006: 34), *Embora eles possuam passaporte Francês, Alemão ou Britânico, não têm apego aos seus países, onde se sentem como estrangeiros. Este sentimento duplo de não-pertença*<sup>4</sup> (Khosrokhavar, 2009: 185) é explorado por grupos islamistas radicais, que oferecem uma potencial resposta para a procura de identidade, significado e comunidade, levado a cabo por muitos jovens europeus muçulmanos: o Islão radical (Dalgaard-Nielsen, 2010). No fundo, a aderência ao Islão radical proporciona um sentimento de pertença a uma grande família, a um grupo de *irmãos de confiança* (Vidino, 2006: 36), que se reafirma, acima de qualquer nacionalidade, como muçulmano (Anspaha, 2008) – falamos aqui no conceito de *ummah* ou *neo-ummah* (Dalgaard-Nielsen, 2010: 800). Como refere Kelkal, um jovem europeu muçulmano convertido ao Islão radical, numa prisão, *eu não sou nem Árabe nem Francês. Eu sou Muçulmano* (Viorst, 1996: 78, *apud* Vidino, 2006: 36). O conceito de *ummah* proporciona também um sentido de solidariedade por parte dos muçulmanos que estão na Europa para com os seus irmãos que se encontram em zonas de conflito. Este sentimento é sustentado pela própria propaganda de grupos islamistas, que tencionam passar uma imagem de sofrimento e humilhação de civis nas zonas de conflito, ao mesmo tempo que apelam, de forma emotiva, por ajuda na luta contra os infiéis (Anspaha, 2008; Dalgaard-Nielsen, 2010).

Deste modo, à discriminação e exclusão sentida por alguns europeus muçulmanos – podendo esta ser real ou percebida –, e à procura de identidade, soma-se a consciência do sofrimento e humilhação de comunidades muçulmanas noutras partes do mundo, alimentando-se uma imagem de um ocidente arrogante, apoiante de regimes locais corruptos, e que ataca e humilha muçulmanos por todo o mundo (Khosrokhavar, 2009; Roy, 2004 *apud* Dalgaard-Nielsen, 2010). *Esta humilhação vicariante* pode ter um peso muito semelhante à humilhação direta, pelo que muitos jovens europeus muçulmanos se sentem impelidos a protestar e a agir contra a opressão de que são alvo os *seus irmãos* que vivem em países como o Afeganistão, a Palestina, o Iraque e a Síria, recusando-se a compactuar e a viver passivamente numa sociedade que consideram responsável por tais atrocidades (Henderson, 2009).

Outra questão que frequentemente se levanta, no que diz respeito à radicalização, está relacionada com os locais onde esta tem lugar, de forma mais marcante. Na verdade, embora a radicalização possa acontecer em qualquer lugar (Vidino, 2006), existem determinados espaços físicos de interação social

---

<sup>4</sup> No original, *double sense of non-belonging* (Khosrokhavar, 2005: 185).

que, pelas suas características específicas, se têm mostrado mais propícios para a radicalização ideológica *jihadista* de determinados indivíduos. Estes podem ser catalogados em duas categorias genéricas<sup>5</sup>: 1) A primeira remete para *lugares de congregação*, que assumem importância pelo simples facto de serem espaços frequentados pela comunidade muçulmana no seu quotidiano. A mesquita é o exemplo típico deste tipo de espaço – embora o seu papel tenha vindo a sofrer alterações ao longo do tempo –, podendo-se incluir também aqui outros espaços, como cafés, cibercafés, ginásios, campos de férias e pequenos locais de comércio. 2) A segunda categoria diz respeito a *lugares de vulnerabilidade*, onde os jovens muçulmanos podem experienciar situações de stress e alienação que, potencialmente, os tornam mais receptivos ao apelo para visões extremistas. Aqui encontramos, em primeiro lugar, a prisão, seguida de outros espaços como campos de refugiados, serviços de assistência social e universidades (García-Calvo e Reinares, 2013).

Para além destes espaços físicos, o processo de radicalização pode ainda ter lugar no meio virtual, ou seja, através da Internet (Vidino, 2006; Neumann e Rogers, 2007; Neumann, 2008; Reinares, 2012). Embora se trate de uma questão controversa, havendo autores que negam a possibilidade de, só por si, a Internet poder levar à radicalização, o facto é que esta pode desempenhar um papel relevante neste processo – de forma complementar (Neumann e Rogers, 2007; Neumann, 2008) ou exclusiva (Reinares, 2012) – através da difusão de visões radicais e do apelo à jihad em redes sociais, websites e fóruns – mais ou menos fechados – de prédica, exaltação e discussão *jihadista*.

#### 4. REPERCUSSÕES DA RADICALIZAÇÃO EM SOLO EUROPEU

Como referimos anteriormente, o processo de radicalização não é irreversível, ou seja, o facto de um indivíduo, a certa altura da sua vida, enveredar por este caminho, não significa que o conclua na integra, tornando-se *jihadista* e envolvendo-se em atividades relacionadas com o terrorismo. No entanto, quando o processo é concluído, a probabilidade de que este envolvimento se verifique aumenta consideravelmente.

De facto, chegando à parte final do processo de radicalização – a *jihadização* – o indivíduo inicia a sua participação na jihad, envolvendo-se na preparação ou até mesmo na execução de ataques terroristas (Silber e Bhatt, 2007) dentro do seu próprio país ou deslocando-se para territórios de guerra no

---

<sup>5</sup> Alguns autores falam não de duas, mas de três categorias, acrescentando os lugares restritos e protegidos da observação de terceiros, como o domicílio privado (ver, por exemplo, García-Calvo e Reinares, 2013: 13).

estrangeiro – como temos vindo a assistir recentemente, com milhares de cidadãos europeus que viajaram ou tentarem viajar para a Síria e para o Iraque, com o objetivo de aí se juntarem a grupos com agendas *ihadistas* como o Estado Islâmico ou a Jabhat al-Nusra.

Embora, aparentemente, a Europa só muito recentemente tenha acordado para este problema dos combatentes estrangeiros europeus, este fenómeno não é novo. Na verdade, retornando a tempos passados, existem muitos exemplos de grupos e indivíduos que, por diversas razões e diferentes ideologias de fundo, se juntaram a conflitos violentos no estrangeiro. Aqui podemos incluir, por exemplo, dezenas de milhares de anarquistas, comunistas e socialistas que se dirigiram à Espanha para se juntarem às brigadas internacionais, durante a guerra civil Espanhola. E, mais recentemente, pelo menos algumas centenas de europeus muçulmanos participaram na guerra civil na Bósnia ou nos conflitos em países de maioria muçulmana, como o Afeganistão e o Iraque (Bakker et al., 2013). Mas nunca como na Síria se envolveram tantos combatentes estrangeiros europeus (Tomé, 2015). De facto, em 2015 a Europol dava já conta de que a *[então] atual escala do fenómeno não tem precedentes e está a aumentar*, sendo que este aumento se deu sobretudo na sequência da proclamação de um califado, pelo Estado Islâmico (ou Daesh, no acrónimo árabe), em junho de 2014 (Europol, 2015: 22).

No caso da Síria, o fenómeno dos combatentes estrangeiros emergiu no seguimento dos protestos não-violentos de março de 2011, que viriam a dar origem à guerra civil e, conseqüentemente, à afluência de um grande número de combatentes estrangeiros que, inicialmente, pretendiam lutar contra o regime autocrático de Bashar al-Assad, juntando-se a grupos muito diversos nos seus propósitos, desde o Exército Livre da Síria aos *ihadistas* da Frente al-Nusra ou do ISIL (Estado Islâmico da Síria e do Levante). Posteriormente, o objetivo de muitos (senão da maioria) destes combatentes estrangeiros passou a ser integrar as fileiras do Estado Islâmico – proclamado no final de junho de 2014 por Abu Bakr al-Baghdadi e renomeado a partir daquele que até então era conhecido por ISIL ou ISIS – e ocupando vastas parcelas de territórios da Síria e do Iraque (Tomé, 2015).

A Síria e o Iraque passaram, então, a atrair *ihadistas* de todo o mundo, designadamente da Europa, pelo que – entre os que combatem pelo EI e os membros de outros grupos – atualmente, serão já mais de 5000 cidadãos europeus (Europol, 2016), provenientes de pelo menos vinte países, incluindo França, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Itália, Grécia, Dinamarca, Suécia, Eslováquia, República Checa, Irlanda, Bulgária, Lituânia, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Macedónia, Espanha e também Portugal (Tomé, 2015). Naturalmente, o problema não é igualmente sério para

todos estes países, havendo alguns que se destacam pela grande proporção de cidadãos nacionais que viajaram para a Síria, nomeadamente a Bélgica, França, Alemanha e Reino Unido, de onde provêm aproximadamente  $\frac{3}{4}$  dos combatentes estrangeiros europeus (Europol, 2016).

Esta tendência que, durante o período de 2014 a 2015 atingiu o seu auge e afetou, em maior ou menor escala, os estados-membros da União Europeia, tem registado, mais recentemente, um decréscimo significativo, podendo-se falar numa estabilização num nível baixo do número de europeus que viajam ou tentam viajar para territórios de conflito (Europol, 2016).

Isto não significa, no entanto, que o fenómeno dos combatentes estrangeiros europeus deva agora ser encarado com maior leviandade, dado que as preocupações subjacentes são, essencialmente, de dois âmbitos. Em primeiro lugar – e como é evidente –, acredita-se que, ao integrarem o conflito, os combatentes estrangeiros cometerão atos que irão acentuar a sua duração, sectarismo e barbaridade. Mas o maior receio prende-se, acima de tudo, com o chamado *efeito de ricochete*<sup>6</sup>, que pode ter lugar após o regresso destes indivíduos aos seus países de origem, ou a países terceiros. Este medo tem vindo a ser expresso por vários decisores políticos europeus (Vidino et al., 2014). Por exemplo, em janeiro de 2014, a Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Cecilia Malmström (apud Vidino et al., 2014) chamou a atenção para o seguinte facto:

*Europeus [que] viajam para o estrangeiro para treinar e para lutar em zonas de conflito, tornam-se mais radicalizados no processo. Alguns destes jovens têm-se juntado a grupos com agendas terroristas, têm sido treinados e fortalecidos na Guerra, e podem constituir uma ameaça para a nossa segurança após o seu retorno de uma zona de conflito. A longo prazo, podem atuar como catalizadores do terrorismo.*

Por outras palavras, existem sérios motivos para acreditar que estes indivíduos europeus que, após combaterem em palcos de guerra, regressam ao seu país de origem, poderão representar uma ameaça à sua segurança interna (ou de um país terceiro), tendo o potencial para desenvolver atividades relacionadas com o terrorismo. Não obstante, devemos referir que nem todos os que retornam ao seu país irão cometer um ataque terrorista, sendo que os que representam esta ameaça constituem apenas uma minoria (Bakker et al., 2013). Mas o planeamento de ataques terroristas não é a única forma através da qual estes indivíduos constituem uma ameaça à segurança interna de qualquer país europeu, uma

---

<sup>6</sup> No original, *blowback effect* (Vidino et al., 2014).

vez que estes têm também as condições necessárias para funcionar como radicalizadores e recrutadores de outros europeus muçulmanos (ou outras categorias de cidadãos residentes na Europa), encorajando-os também a tornarem-se combatentes estrangeiros, ou até para criarem células de apoio logístico e financeiro a organizações terroristas que operam dentro e fora do país (Europol, 2014).

Para além desta ameaça representada pelos combatentes estrangeiros retornados, não podemos negligenciar o facto de existirem jovens europeus muçulmanos (e convertidos) que, após serem sujeitos a um processo de radicalização, não abandonam o seu país de origem para combater no estrangeiro, dedicando-se sim ao planeamento ou execução de ataques aí mesmo, ou prestando apoio logístico a uma rede terrorista internacional.

No primeiro caso, no caso das células responsáveis por conduzir ataques terroristas, a dependência operacional face à liderança do grupo pode variar significativamente. Algumas delas seguem estritamente as ordens da liderança, relativamente aos alvos e ao tipo de armamento utilizado no ataque, como foi o caso da célula que levou a cabo os atentados de 11 de setembro. No entanto, desde 2001 a comunicação entre a liderança e os operacionais na Europa tornou-se mais difícil, pelo que este tipo de dependência se tornou menos comum, acreditando-se que, atualmente, as células apenas recebem uma aprovação para o ataque, ficando os alvos e os detalhes operacionais mais específicos ao seu critério (pensa-se que os ataques de Madrid seguiram estes propósitos). Um outro cenário consiste na atuação independentemente de qualquer organização terrorista. Neste caso, as células partilham a ideologia e os objetivos gerais de um grupo (por exemplo, da al-Qaeda), mas este funciona apenas como fonte de inspiração, não existindo ligações à liderança. Este tipo de célula está altamente difundido pela Europa e, dada a inexistência de ligações a terroristas monitorizados, são dificilmente detetadas, constituindo um grande obstáculo ao trabalho dos serviços de inteligência (Vidino, 2006). Mas a maioria dos islamistas a operar na Europa faz parte das chamadas células de apoio logístico, que são responsáveis por fornecer à rede as ferramentas necessárias para esta desenvolver atividades terroristas. Por vezes, estas células trabalham diretamente e com conhecimento de causa no apoio a outras células que estão a conduzir uma operação. Por exemplo, os ataques geralmente são executados por terroristas que chegam ao local do alvo apenas uns dias ou semanas antes da data planeada para o ataque, pelo que são as células de apoio logístico que providenciam o seu alojamento em casas seguras, dinheiro, carros, explosivos e documentos falsos para abandonarem a cidade após o ataque terrorista. Além disso, muitas vezes estas células são também responsáveis por realizar o trabalho preparatório de vigilância e análise do

alvo, no sentido de perceber as suas vulnerabilidades. Noutros casos, as células de apoio operam sem ter conhecimento de quem estão a ajudar, por exemplo, através da falsificação de documentos, angariação de fundos, encobrimento de outros indivíduos, entre outras formas de apoio (Vidino, 2006).

A importância destas células de apoio não deve ser subestimada, uma vez que nenhuma operação pode ser conduzida se não forem providenciadas as condições necessárias para tal. Assim, a sua forte presença na Europa é uma fonte de preocupação para as autoridades (Vidino, 2006).

Por último, muitos dos *ihadistas* europeus atuam de forma totalmente independente, não fazendo parte de nenhuma célula operacional, nem se dedicando ao apoio logístico. Ou seja, são indivíduos que conduzem ataques terroristas na Europa, sem terem qualquer ligação a uma rede terrorista, usando-a somente como fonte de inspiração ideológica e – por vezes – metodológica. Dada a ausência de ligações, estes indivíduos são frequentemente apelidados de *lone wolves*<sup>7</sup> (Vidino, 2011). Estes constituem um dos maiores obstáculos à atuação da polícia e dos serviços de inteligência, sendo a sua deteção e prevenção extremamente difíceis. Isto porque, comparados com os outros tipos de células, os *lone wolves* têm a vantagem de conseguirem evitar a sua identificação e deteção, antes e depois do ataque, uma vez que a maioria não comunica com outras pessoas a sua intenção de desencadear um ataque terrorista. Como refere Matos (2012: 131),

*Atuando de forma autónoma, e pouco concertada, a sua visibilidade é menor e a possibilidade de monitorização dos movimentos dos seus membros ocorre apenas quando ideologias ou narrativas mais radicais são exacerbadas ou cometidas acções que indiciem a sua disponibilidade para a atividade terrorista.*

Assim, apesar da desvantagem de não possuírem os meios, as capacidades e o suporte *profissional* de grupos terroristas, alguns deles têm provado ser letais (Bakker e Graaf, 2010).

Na prática, exemplos não nos faltam de imigrantes muçulmanos de segunda e terceira geração que se radicalizaram e – tendo ou não obtido treino em territórios de conflito como a Síria e o Iraque – acabaram por levar a cabo ações de terrorismo endógeno. Aqui podemos referir, a título de exemplo, o caso de Mohammed Merah, autor dos ataques de 2012 em Toulouse e Moutauban; os irmãos Kouachi, responsáveis pelo ataque ao jornal satírico Charlie Hebdo em janeiro de 2015; Amedy Coulibaly, cúmplice dos irmãos

---

<sup>7</sup> Em português, *lobos solitários*.

Kouachi e responsável pela tomada de reféns no supermercado judaico, no dia seguinte aos atentados ao Charlie Hebdo; vários dos autores dos atentados de Paris de novembro de 2015, nomeadamente o recentemente capturado em Bruxelas, Salah Abdeslam; e também os irmãos el Bakraoui, dois dos elementos do grupo que levou a cabo os ataques terroristas no aeroporto e no metro de Bruxelas, em março deste ano.

No fundo, todos eles, possuindo ou não ligações a redes terroristas internacionais, deram provas da eficácia letal dos seus ataques e da sua capacidade de abalar (e vontade de destruir) a sociedade ocidental a partir de dentro, e não do exterior.

## 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Na sequência dos vários ataques terroristas de matriz islamista que, nas últimas duas décadas, se reproduziram em vários países europeus, levados a cabo por cidadãos nacionais com ascendência muçulmana – aqui designados de imigrantes de segunda e terceira geração com conexões ao Islão –, e do preocupante fenómeno de combatentes estrangeiros europeus que viajaram para territórios como a Síria e o Iraque, juntando-se aí a grupos terroristas, fomos impelidos para o estudo do processo através do qual estes indivíduos, nascidos e criados em países ocidentais, se tornam islamistas radicais, ao ponto de se envolverem em atividades ligadas ao terrorismo (*ihadização*). Se é verdade que não podemos falar em trajetórias deterministas, no sentido de que nem todos os indivíduos radicais se tornam terroristas, também sabemos que a condição de terrorista não é herdada à nascença, exigindo, na maioria das vezes, a passagem por um processo que se pauta pela adoção de um sistema de crenças extremistas que legitima o uso de violência para a prossecução dos seus objetivos. Assim sendo, impedir ou interromper este processo numa fase precoce, ou revertê-lo quando concluído, deve constituir uma prioridade dos Estados no âmbito mais alargado dos seus amplos esforços de contraterrorismo.

Esta não é, no entanto, uma tarefa simples para os Estados, desde logo devido às dificuldades em detetar estes indivíduos, em consequência da natureza subtil e não criminal dos seus comportamentos (aparentemente inócuos) observáveis ao longo do processo de radicalização individual, e, acima de tudo, porque não existe um perfil que ajude a prever que indivíduos seguirão esta trajetória de radicalização, mas sim diversos fatores e influências, cuja relevância motivacional pode variar de caso para caso. Aqui encontramos os problemas de integração e alienação; a procura de identidade e de sentido



de vida; a percepção de injustiças perpetradas pelos países ocidentais contra muçulmanos em territórios em conflito; entre outros fatores e dinâmicas que tornam os indivíduos mais receptivos às mensagens islamistas radicais. Estes fatores, aliados à exposição do indivíduo a narrativas radicais – nomeadamente, nas mesquitas e nas prisões, que se afiguram como incubadoras da radicalização, mas também na Internet – podem torná-los particularmente vulneráveis à radicalização.

Embora o processo de radicalização possa ser, nalguns casos, reversível e não dite o conseqüente envolvimento dos indivíduos radicalizados em atividades relacionadas com o terrorismo, a passagem por esse processo deve ser seriamente encarada como um forte preditor de comportamentos violentos que se constituem como ameaças à segurança interna. Estas ameaças têm vindo a materializar-se, desde logo, através do apoio logístico a organizações terroristas (como a al-Qaeda e o Estado Islâmico), prestado por células endógenas constituídas por europeus muçulmanos radicais, bem como através do planeamento e execução de ataques terroristas em solo europeu, de forma independente – os chamados *lone wolves* – ou possuindo uma ligação a uma rede terrorista.

Para além destas ameaças diretas à segurança interna, recentemente outro fenómeno tem assombrado a Europa, mantendo-se no centro das preocupações dos nossos governantes e atores na área da segurança: a ida de milhares de cidadãos europeus para a Síria e para o Iraque, com o objetivo de se juntarem ao autodenominado Estado Islâmico, podendo mais tarde regressar ao seu país de origem ou a um país terceiro, com uma visão radical intensificada, e aí cometer ataques terroristas, fazendo uso das ferramentas adquiridas enquanto combatentes estrangeiros (nomeadamente, o treino de combate, o fabrico de engenhos explosivos improvisados, os contactos com outras células e/ou redes terroristas, etc.). De facto, infelizmente, não estamos aqui perante uma ameaça hipotética, tendo-se já verificado os primeiros casos de ataques, ou planeamento de ataques, perpetrados por europeus retornados da Síria e do Iraque, à semelhança do que anteriormente aconteceu em relação àqueles que haviam frequentado campos de treino em países como o Afeganistão ou o Iémen.

Assim, somos obrigados a concluir que, possuindo ou não ligações diretas a redes terroristas internacionais, e gozando ou não do seu apoio financeiro, logístico ou operacional, as células de terrorismo endógeno, bem como os *lone wolves*, têm dado provas da eficácia letal dos seus ataques e da sua capacidade de abalar (e vontade de destruir) a sociedade ocidental a partir de dentro, e não do exterior. Apesar do amadorismo e fraca organização e planeamento demonstrados em alguns casos, em que se verificou um *reduzido* número de vítimas (como, por exemplo, no ataque suicida em Estocolmo, em 2010, que apenas resultou na morte do próprio suicida, al-Abdaly), não

podemos descurar o facto de estes atores terem capacidade para executar ataques de *elevado impacte*, desde logo pelos efeitos psicológicos que desencadeiam na sociedade, instalando o medo e a ansiedade.

Deste modo, nesta luta contra o terrorismo de matriz islamista, na qual todos os países ocidentais se encontram envolvidos, em maior ou menor grau, é incontornável que o primeiro campo de batalha seja o das mentalidades (ou dos corações e mentes). No caso de Portugal, embora a comunidade muçulmana residente no nosso país seja moderada e exista um diálogo inter-religioso, sem episódios conhecidos de violência, não podemos assumir que estamos imunes à ameaça do terrorismo *jihadista* e, sobretudo, à possibilidade de radicalização de cidadãos nacionais – quer estejamos a falar de imigrantes de segunda e terceira geração com conexões ao Islão (objeto do nosso estudo), quer daqueles que se convertem ao Islão radical, sem terem qualquer ascendente familiar muçulmano. Exemplo disso são a mais de uma dezena de portugueses (entre doze a vinte) que atualmente combatem na Síria ou no Iraque, ao lado do Estado Islâmico, após terem passado por um processo de radicalização. Dado este cenário, e a proliferação de um número cada vez maior de narrativas radicais (sobretudo em redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*), consideramos que, à imagem do que se tem verificado noutros países europeus – como o Reino Unido, Holanda, Dinamarca, Noruega e Espanha –, se afigura como urgente a criação efetiva de um Plano Nacional de Contraradicalização que compreenda as suas três vertentes: prevenção, desvinculação e desradicalização. Embora a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, aprovada a 19 de fevereiro de 2015, constitua já um avanço nesta matéria, prevendo a adoção de um Plano de Ação de Prevenção da Radicalização e do Recrutamento para o Terrorismo, é necessário que este se materialize em programas e iniciativas concretas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMGHAR, Samir (2007). Salafism and radicalisation of young european muslims. In S. Amghar, A. Boubekour, & M. Emerson (Ed.). *European islam: Challenges for society and public policy*, Centre For European Policy Studies, Brussels, pp. 38-51.

ANSPAHA, Katrine (2008). *The Integration of Islam in Europe: Preventing the Radicalization of Muslim diasporas and counterterrorism policy*. Paper prepared for the ECPR Fourth Pan-European Conference on EU Politics, University of Latvia, Riga, Latvia, pp. 25 – 27.

BAKKER, Edwin & GRAAF, Beatrice (2010). “Lone wolves: How to prevent this phenomenon?”, *ICCT International Centre for Counter-Terrorism – The Hague*. Internet: <http://www.icct.nl/download/file/ICCT-Bakker-deGraaf-EM-Paper-Lone-Wolves.pdf>, consultado em [19/06/2015].

BAKKER, Edwin., PAULUSSEN, Christophe. & ENTENMANN, Eva (2013). “Dealing with european foreign fighters in Syria: Governanc challenges & legal implications”, *International Center for Counter-Terrorism – The Hague*, Internet: <https://www.icct.nl/download/file/ICCT-Bakker-Paulussen-Entenmann-Dealing-With-European-Foreign-Fighters-in-Syria.pdf>, consultado em [19/06/2015].

DALGAARD-NIELSEN, Anja (2010). “Violent radicalization in Europe: What we know and what we do not know”, *Sudies in Conflict & Terrorism*, N.º 33, pp.797-814.

EUROPOL (2014). *Te-Sat 2014: European Union terrorism situation and trend report 2014*, Internet: <https://www.europol.europa.eu/content/te-sat-2014-european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2014>, consultado em 22/06/2015.

EUROPOL (2015). *Te-Sat 2015: European Union terrorism situation and trend report 2015*, Internet: <https://www.europol.europa.eu/content/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2015>, consultado em 22/06/2015.

EUROPOL (2016). *Te-Sat 2015: European Union terrorism situation and trend report 2015*, Internet: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2016>, consultado em 15/02/2017.

FBI COUNTERTERRORISM DIVISION (2006). *The radicalization process: From conversion to jihad*. Federal Bureau of Investigation Intelligence Assessment, Internet: <https://cryptome.org/fbi-jihad.pdf>, consultado em 22/10/2016.

FRANCO, Hugo e MOLEIRO, Raquel (2015). *Os jihadistas portugueses: A história de quem luta no Estado Islâmico*, Editora Lua de Papel, Alfragide.

GARCÍA-CALVO, Carola e REINARES, Fernando (2013). “Processos de radicalización violenta y terrorismo yihadista en Españã: cuándo? dónde? cómo?”, *Documento de Trabalho*, Real Instituto Elcano, pp.1-6.

GARTENSTEIN-ROSS, Daveed and GROSSMAN, Laura (2009). “Homegrown terrorists in the U.S and U.K, An empirical examination of radicalization process”, *FDD'S Center for Terrorism Research*, pp. 1-74.

HENDERSON, James (2009). “Home-grown jihadism and the factors of terror”, *Yale Journal of International Affairs*, pp. 59-71.

KORTEWEG, Rem., GOHEL, Sajjan., HEISBOURG, Francois., RANSTORP, Magnus and WIJK, Rob (2010). “Background contributing factors to terrorism: Radicalization and recruitment”. In M. RANSTORP, Ed. (2010). *Understanding violent radicalisation: Terrorist and jihadist movements in Europe*, Routledge: Londres e Nova Iorque, pp. 21-49.

KHOSROKHAVAR, Farhad (2009). “Terrorism in europe and the middle east”, In Thomas OLESEN and Farhad KHOSROKHAVAR. *Islamism as social movement*, *Centre for Studies in Islamism and Radicalisation (CIR)*, Department of Political Science, pp. 37-44.

MARQUES GUEDES, Armando (2007). *Ligações perigosas: Conectividade, coordenação e aprendizagem em redes terroristas*, Edições Almedina, Coimbra.

MATOS, Hermínio, J. (2011). *O terrorismo internacional de matriz islamista. intelligence no contraterrorismo*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.

MATOS, Hermínio, J. (2012). “Contraterrorismo ofensivo, o “targeted killing” na eliminação de alvos terroristas: o caso dos EUA e Israel”, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Volume 3, N.º 2, Internet: observare.ual.pt/janus.net/pt\_vol3\_n2\_art7, consultado em 09/06/2015.

NESSER, Petter (2010). “Exploring motivational aspects of recruitment and radicalization”, In RANSTORP, Magnus. *Understanding violent radicalization: Terrorist and jihadist movements in europe*, Routledge, Londres, pp.87-114.

NEUMANN, Peter, R. and ROGERS, Brooke (2007). *Recruitment and mobilisation for the islamist militant movement in europe*, The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence (ICSR), King’s College London.

NEUMANN, Peter (2008). *Joining al-qaeda: jihadist recruitment in europe*, Routledge, Oxon.

REINARES, Fernando (2012). *Es que integración y radicalización yihadista son compatibles?: una reflexión sobre el caso de Mohamed Jarmoune en Brescia*, Real Instituto Elcano, ARI 27/2012, pp. 1-6.

ROEX, Ineke (2014). “Should web e scared of all salafists in europe? A Dutch case study”, *Perspectives on Terrorism*, Volume 8, N.º 3, pp. 51-63.

SILBER, Mitchell, D., and BHATT, Arvin (2007). *Radicalisation in the West: The homegrown threat*, NYPD Intelligence Division, New York.

TOMÉ, Luís (2015). “Prefácio”. In H. FRANCO e R. MOLEIRO. (2015). *Os jihadistas portugueses: A história de quem luta no Estado Islâmico*, Editora Lua de Papel, Alfragide, pp. 11-15.

VIDINO, Lorenzo (2006). *Al Qaeda in europe: The new battleground of international jihad*, Nova Iorque, Prometheus Books:.

VIDINO, Lorenzo (2007). “The hofstad group: The new face of terrorist networks in europe”, *Studies in Conflict & Terrorism*, Volume 30, N.º 7, pp.579-592.

VIDINO, Lorenzo (2011). “Radicalization, linkage, and diversity: Current trends in terrorism in europe”. *RAND Corporation, National Defense Research Institute*, Internet: [https://www.rand.org/pubs/occasional\\_papers/OP333.readonline.html](https://www.rand.org/pubs/occasional_papers/OP333.readonline.html), consultado em 15/05/2015.

VIDINO, Lorenzo and BRANDON, James (2012). *Countering radicalization in Europe*. The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence (ICSR), King’s College London, London.

VIDINO, Lorenzo., SNETKOV, Aglaya., PIGONI, Livio., WENGER, Andreas, and THRÄNERT, Oliver (2014). *Foreign fighters: An overview of responses in eleven countries*, ETH-Zürich, Zürich.

WIKTOROWICZ, Quintan (2005). “A genealogy of radical Islam”. *Studies in Conflict & Terrorism*, N.º 28, pp. 75-97.

WOJTOWICZ, Anna (2012). *Islamic radicalization in the UK: Index of radicaliation*. Internacional Institute for Counter-Terrorism, Internet: <https://www.ict.org.il/UserFiles/Islamic%20Radicalization%20in%20UK.pdf>, consultado em 30/06/2015.

## **FILIPA MARINA SOARES**

Investigadora Colaboradora do ICPOP – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, encontrando-se a frequentar o Doutoramento em Direito e Segurança, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.  
Mestre em Ciências Policiais, na especialização de Segurança Interna, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Licenciada em Criminologia, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e pós-graduada em Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva, pela Coimbra Business School.